

UTOPIA OU REALIDADE: O CASO DO ASSENTAMENTO JOSÉ COELHO DA SILVA NO MUNICÍPIO DE MACAÍBA/ RN

Talita Marinho da CÂMARA (1); Tiago Charles de LIMA (2)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Av. Senador Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal/ RN, CEP: 59015-000, e-mail: talita_camara@hotmail.com

(2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Av. Senador Salgado Filho, 1559, Tirol, Natal/ RN, CEP: 59015-000, e-mail: tiago_charles@yahoo.com.br

RESUMO

O conceito de questão agrária vem sendo discutido desde a época da colonização do Brasil, consolidando novas indústrias manufatureiras com a instauração da república, vivenciando uma nova fase a partir da década de 1930. A partir de 1950, a questão fundiária passou a ser discutida pela sociedade, surgindo na mesma época os movimentos camponeses. No nordeste, esse movimento foi liderado por Francisco Julião que discuti os principais problemas daquela região. Em 1964, o golpe militar vai extinguir as ligas e na década de 80, algumas conquistas são alcançadas, como piso salarial para os trabalhadores das lavouras de cana. Nos dias atuais, essa discussão do acesso à terra é tratada dentro da realidade do Assentamento José Coelho da Silva.

Palavras-chave: Questão agrária; movimentos camponeses; nordeste; acesso à terra.

1. INTRODUÇÃO

A questão agrária no Nordeste, segundo Andrade (1997), começou a ser discutida desde o período de colonização a partir do século XVI, envolvendo problemas econômicos e político-sociais, e influenciam até hoje nesse processo de ocupação do solo em seus diferentes níveis em diversas regiões do País.

Nesse contexto, decidiu-se analisar a história do Assentamento José Coelho da Silva, situado à margem esquerda da BR 304, na reta Tabajara, a 12 km do Centro do município de Macaíba/RN, que foi fundado no ano de 1998, quando houve a carência de espaço para os agricultores trabalharem na terra. A partir dessa necessidade de acesso à terra, houve uma reunião entre o sindicato dos trabalhadores rurais do município de Macaíba/RN e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que através de uma negociação de um terreno particular, medindo 1080 ha, abriga 70 (setenta) famílias de 13 localidades diferentes, destacando-se: Ielmo Marinho/RN, São Gonçalo do Amarante/RN, Traíras/RN, Cajazeiras/RN e Bom Jesus/RN que chegaram ao local do assentamento no ano de 2000 e se instalaram em barracas de lona.

Neste íterim, focalizaram-se neste artigo, primeiramente, o desafio histórico de acesso à terra, em seguida, a reforma agrária como garantia de acesso e permanência na terra, por fim, os desafios e as possibilidades dos assentamentos rurais. Objetivando-se principalmente na dinâmica do Assentamento José Coelho da Silva e como ocorreu o seu processo evolutivo, desde sua criação até os dias atuais. Para tanto, recorreu-se à visitas *in loco* com registros fotográficos, seguido de aplicação de questionários com a população local e a pesquisa bibliográfica, fundamentada, sobretudo em Altafin (2007), Andrade (1997), Bauer (1998), Erthal (2006), Gonçalo (2001), Graziano (1993), Prado Junior (1979), Wood (1998).

2. O DESAFIO HISTÓRICO DO ACESSO À TERRA

A questão do acesso à terra no Brasil, vem sendo discutida desde 1530 com as capitânicas hereditárias e logo em seguida pelas sesmarias. Imensos lotes de terras eram distribuídos pela Coroa Portuguesa, a quem tivessem recurso para manter, em troca, era cobrada um sexto da produção. Nasceram aí os latifúndios.

Em 1822, com a Independência do Brasil, as leis de terras passaram a ser do mais forte, e se deu sob grande violência. Apenas em 1850 surgiu a primeira lei de terras, com esta o Império tentava resolver o problema antes existente, como cita Graziano (1993):

“É sintomático que nesse mesmo ano se crie uma nova legislação definindo o acesso à propriedade - a lei de terras, como ficaria conhecida - que rezava que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante a compra e venda, e que o governo destinaria os rendimentos obtidos nessas transações para financiar a vinda de colonos da Europa. Matavam-se, assim, dois coelhos com uma só cajadada. De um lado, restringia-se o acesso às terras (devolutas ou não) apenas àqueles que tivessem dinheiro para comprá-las. De outro criavam-se as bases para a organização de um mercado de trabalho livre para substituir o sistema escravista.”

Nesse sentido percebe-se que, essa nova lei vinha apenas para agravar mais a situação dos que não podiam pagar pela terra, com isso não poderiam permanecer na mesma, mais uma vez privilegiando os grandes latifundiários. Nessa mesma época surge a lei Euzébio de Queiroz que tem por finalidade a proibição do tráfico de escravos africanos e em substituição a esta mão-de-obra introduziu-se os trabalhadores livres, vindos da Europa, principalmente italianos. Após este período veio à abolição da escravatura em 1888, e posteriormente a proclamação da república em 1889.

Após a instauração da República no País, começa a se consolidar as grandes indústrias manufatureiras, trazendo assim, um princípio de industrialização para cidades administrativas como São Paulo e Rio de Janeiro. Dialogando com Graziano (1993), o autor relata que: “Essas indústrias servem para fortalecer e consolidar vários centros urbanos que antes eram puramente administrativos – cidades sem vida própria [...]”. Esse processo de industrialização chega também ao campo, trazendo algumas alterações agrícolas, principalmente na cultura do café, ampliando o poder dos grandes latifundiários, destinando seu produto à exportação, transformando ele, na principal monocultura.

No final da década de 1920, houve o “cracking” da bolsa de Nova Iorque que afetou a produção e exportação da indústria cafeeira, que como citado anteriormente era o principal produto de exportação do País. No período que se estende de 1930 a 1960, o Brasil passa por uma nova fase que tem reflexo favoráveis à ampliação e desenvolvimento industrial.

Na década de 1950 a questão fundiária começou a ser discutida diante a sociedade. A partir dessa discussão, “[...] tentou mostrar que a nossa estrutura agrária extremamente concentrada era limitante ao processo de industrialização do país.” (GRAZIANO, 1993) Com ela, surgiu vários argumentos que pregavam a necessidade de industrialização do Brasil, que se afirmavam sobre a concentração de terras em mãos de poucos latifundiários.

Nesta mesma época, o movimento camponês começa a se organizar no país. Surgem então, as ligas camponesas, a união dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil (Ultabs), entre outros. Bauher (1998), afirma que: “Pela primeira vez na história brasileira, esses movimentos colocariam em questão o monopólio da terra, e por tanto a base do poder dos grandes proprietários rurais.”

Com estes incipientes de lutas e transformações, vem surgir no nordeste as ligas camponesas, que foram “[...] o movimento mais massivo e radical da luta pela terra na década de 1950 e 1960. A partir das lutas dos engenhos em Pernambuco, caracterizaram-se por buscar melhores salários e melhores condições de trabalho[...]”. (GONÇALO, 2001). Este movimento, liderado por Francisco Julião vem para alertar a população sobre as constantes lutas vivenciadas pela sociedade no campo e discutir os principais problemas da região, dentre eles: a luta dos trabalhadores contra o aumento do foro, a extinção do cambão e do barracão, a expulsão da terra que trabalhavam e por fim, a desapropriação do engenho Galiléia, aonde veio se formar as ligas, fato este ocorrido em 1959.

As ligas lutavam por uma maior integração dos camponeses para com isso este terem uma visão política sobre a luta pela reforma agrária. Já que elas, (as ligas) afirmavam que os males nacionais eram todos provenientes do monopólio da terra, e que toda a estrutura agrária existente deveria passar por uma revisão. Julião in Andrade (1997), afirma que “este seria o único objetivo capaz de romper o individualismo dos camponeses e levá-los a se organizarem para tentar resolver seus problemas”.

Mas as ligas não eram uma unidade, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha grandes embates com esta, já que exercia grande influência sobre a Ultab. Essas diferenças tiveram seu auge no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em Belo Horizonte – 1961. Mesmo com estas discussões, as ligas tiveram um papel importante na elaboração do documento final daquele Congresso, trazendo à tona uma discussão mais radical sobre a reforma agrária e que deveria haver um fim no monopólio da terra. Em 1963, o governo tenta solucionar o problema entre o homem do campo e os latifundiários, mas sem alterar a estrutura fundiária.

“Neste sentido, o Congresso Nacional aprovou, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural – ETR (Lei nº 4.214 de 02/03/63), garantindo aos trabalhadores rurais os mesmos direitos previstos na CLT, que possuíam os trabalhadores urbanos”. (ANDRADE, 1997).

Em 1964, ocorre o golpe militar que vai extinguir as ligas e limitar a ação dos sindicatos rurais, mesmo assim, o assunto reforma agrária não é calado, tanto que, no mesmo ano cria-se o estatuto da terra – ET, que era a tentativa do governo em acabar com esta discussão. Bauer (1998) assegura que: “O golpe militar de 64 iria, no entanto, colocar um rápido fim a essa mobilização”. Apenas uma organização resistiu ao golpe, esta foi a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que tinha o apoio da igreja e até o apoio dos militares que tinha o objetivo de controlar os movimentos sindicais do país.

“Essa entidade, no entanto, não podia exercer um embate muito eficaz quanto a estas transformações, pelas próprias circunstâncias de repressão existentes no período. Como estratégia de sobrevivência, procurou atuar no sentido de unificar os diversos organismos sindicais rurais existentes no país em uma única base, o STR, e garantir, através da igreja, que parte dos interventores colocados nas diretorias dos sindicatos fossem indicados pelas lideranças eclesiais”.(ANDRADE, 1997)

A CONTAG tinha interesse em fortalecer sua liderança perante as organizações sindicais, mas sempre evitando manifestações para não perder o espaço já conquistado. Os militares tomaram algumas decisões sobre o controle sindical, estabeleceu o sindicato único com bases em cada município, além de deixar cargo deste sindicato toda assistência médica e a responsabilidade sobre o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL, criado em 1971. Os militares também criaram o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – Polonordeste, criado em 1974. Entretanto, todas estas ações só beneficiaram os latifundiários promovendo a sua industrialização e sempre desviando-os da reforma agrária.

“Diante destes fatos, a década de 80 inicia-se com o acirramento das contendas entre proprietários de terras, trabalhadores rurais assalariados, pequenos produtores, posseiros e arrendatários, fazendo surgir novos movimentos de luta, patrocinados por aqueles que, discordando das tendências assumidas pelas políticas agrícolas dirigidas ao campo e da estrutura sindical que pretendia representar os interesses da força de trabalho rural, começaram a se articular na segunda metade da década de 80 e nos anos 90, dando uma nova dinâmica às mobilizações no campo”. (ANDRADE, 1997).

Na década de 80, algumas conquistas nesse sentido são alcançadas, dentre elas estão: Piso salarial para os trabalhadores das lavouras de cana; unificação deste salário no Nordeste, além de pagamento de horas extras, tabelas de tarefas e extensão da previdência social ao campo. Mas não só ocorreram conquistas nesta década, vários problemas surgiram principalmente de exploração. Como afirma Andrade in Andrade (1997) “Em

resumo, elas não conseguiram ultrapassar o tipo de luta que visava apenas conquistar espaço dentro da estrutura socioeconômica já estabelecida”.

É deste momento histórico que surge fortemente a ação de movimento dos sem-terra (MST) que divergia da CONTAG e do governo sobre as políticas agrárias e lutava em favor do homem no campo, tentando evitar a sua proletarianização. O MST com suas invasões começa a ganhar prestígio, projeção e auxílio político. Com isso, a CONTAG começa a perder terreno, até mesmo na região canavieira, onde atuava com maior rigor, isto principalmente após a crise econômica, fato já ocorrido na nova república.

A partir daí o MST começa a agir no nordeste, em 1989. Onde ela organiza manifestações e logo são fortemente reprimidas por jagunços, homens contratados pelos donos das terras e também pela polícia. Segundo dados da CPT (1991) “no nordeste, em 1990, ocorreram 174 conflitos de origens diversas, com 26 assassinatos. Destes conflitos, 62 foram na Bahia, principalmente no sul do estado”. Nesta mesma década, começa ocorrer invasões na indústria canavieira, em 1995, foram 57 ocupações no nordeste, deste total 20 ocorrem em Pernambuco com maioria nas áreas canavieiras. Estas ocupações se deram principalmente com a ajuda de antigos trabalhadores assalariados rurais.

“Isso ficou bem expresso em entrevista dada pelo presidente da Fetape, em 1994, quando este afirmava que ‘os trabalhadores estão sem dinheiro para começar outra vida (...) esse pessoal precisava viver e uma das formas é a luta pela terra (...) a Lei do Sítio hoje é muito restrita (...) o que o movimento propôs e reivindicou é que a reforma agrária desse de forma pacífica, com a mediação do Estado e que não fosse necessário partir para a ocupação de terras [...]’”. (ANDRADE, 1997).

Todos estes desdobramentos só fazem aumentar a discussão se a reforma agrária é mesmo a solução para todos esses problemas e conflitos no Brasil, mas principalmente na região nordeste, onde essa distribuição de terra não se dá de forma igualitária.

2.1 A Reforma Agrária é Garantia de Acesso e Permanência na Terra?

A reforma agrária é um conjunto de medidas para favorecer a distribuição de terras, a fim de acolher melhor os princípios de justiça social e desenvolvimento rural sustentável. Proporcionando a desconcentração e democratização da estrutura fundiária, a produção de alimentos básicos, a geração de ocupação e renda, o combate à fome e à miséria, a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural, a interiorização dos serviços públicos básicos, a redução da migração campo-cidade, a democratização das estruturas do poder e a promoção da Cidadania e da Justiça Social. Gonçalves (2001) afirma que “A reforma agrária apareceu nos vários momentos de crise para solucionar o problema agrário e o problema agrícola brasileiro”. Pretendia modificar a posse e o uso da terra, para que houvesse um rápido desenvolvimento das produções agrícolas no país.

Na concepção de Graziano (1993),

“A questão agrária se alia hoje a uma série de ‘outras’ questões, como a questão energética, a questão indígena, a questão ecológica, a questão urbana e a questão das desigualdades regionais. Ou seja, a questão agrária permeia hoje uma série de problemas fundamentais da sociedade brasileira”.

Nesse contexto, pode-se considerar que a reforma agrária não é mais uma forma de desenvolvimento capitalista e sim uma discussão de como ocorre esse desenvolvimento.

Assim, a reforma agrária é hoje considerada uma questão política, como bem retrata Gonçalves (2001) que “[...] a reforma agrária é uma questão política e de justiça social, além de ser um instrumento de concentração do êxodo rural”. Para Graziano (1993), “Ela não visa fundamentalmente a aumentar a produção, embora isso também seja desejável e possível de obter. A reforma agrária é hoje a expressão da

reivindicação dos trabalhadores rurais e pela apropriação dos frutos do seu trabalho”. Então, a reforma agrária é o tributo dos trabalhadores ao lucro da sua produção.

No nordeste, a luta pela reforma agrária vem estabelecendo de experiência preciosa e salienta que a frente decisiva da luta pela reforma agrária se localiza no campo. Prado Junior (1987) mostra que “[...] aí reside o centro nevralgico e ponto principal de partida da reforma que deve ser imediata e intensamente atacado.” O autor afirma ainda que esse centro não é único, mas o essencial e oferece as melhores perspectivas para o sucesso dessa ação reformadora.

Um poderoso movimento de trabalhadores de cana, mostra bem claramente seu entusiasmo democrático e renovador da estrutura das relações econômicas e sociais arcaicas frente ao campo brasileiro, conseguindo um dos itens essencial da legislação rural-trabalhista que são a unificação do honorário do trabalhador. Esse considerável progresso desorganizou os tradicionais valores do fator político que em outras regiões do país ainda não foi devidamente aproveitado para mesmo fim.

“É quase um milagre essa pronta e larga mobilização de trabalhadores rurais, somente possível porque nela se concentrou a ação e direção política, o que mostra o grave erro de não se conceder a esse propósito, em outros lugares, a primazia no plano político da reforma agrária, em benefício de outros propósitos no momento ainda de remotas possibilidades praticas, como sejam a abolição do latifúndio e a divisão da grande propriedade rural”. (PRADO JUNIOR, 1987)

O interior de Pernambuco pode demonstrar isso mais claramente. Mudou a fisionomia daquela região, quando foram capazes de erguer a cabeça e lutando contra seus exploradores. Houve não só a modificação da existência dos trabalhadores que lutaram diretamente, mas também nas atividades comerciais da região.

As conseqüências da valorização do trabalho rural no nordeste projetam transformações consideráveis e profundas da economia nordestina em geral. Os padrões de vida do trabalhador rural do nordeste esta em fase de desenvolvimento bem diferente do passado.

Prado Junior (1987), evidencia que:

“[...] nesse exemplo concreto que nos oferece o Nordeste e que aí está em pleno desenvolvimento para quem quiser observá-lo e dele extrair as lições que proporciona, a grande força potencial renovadora da economia agrária brasileira e estimuladora do processo de reforma agrária que se encerra na luta dos trabalhadores rurais pelas suas reivindicações imediatas e melhores condições de vida”.

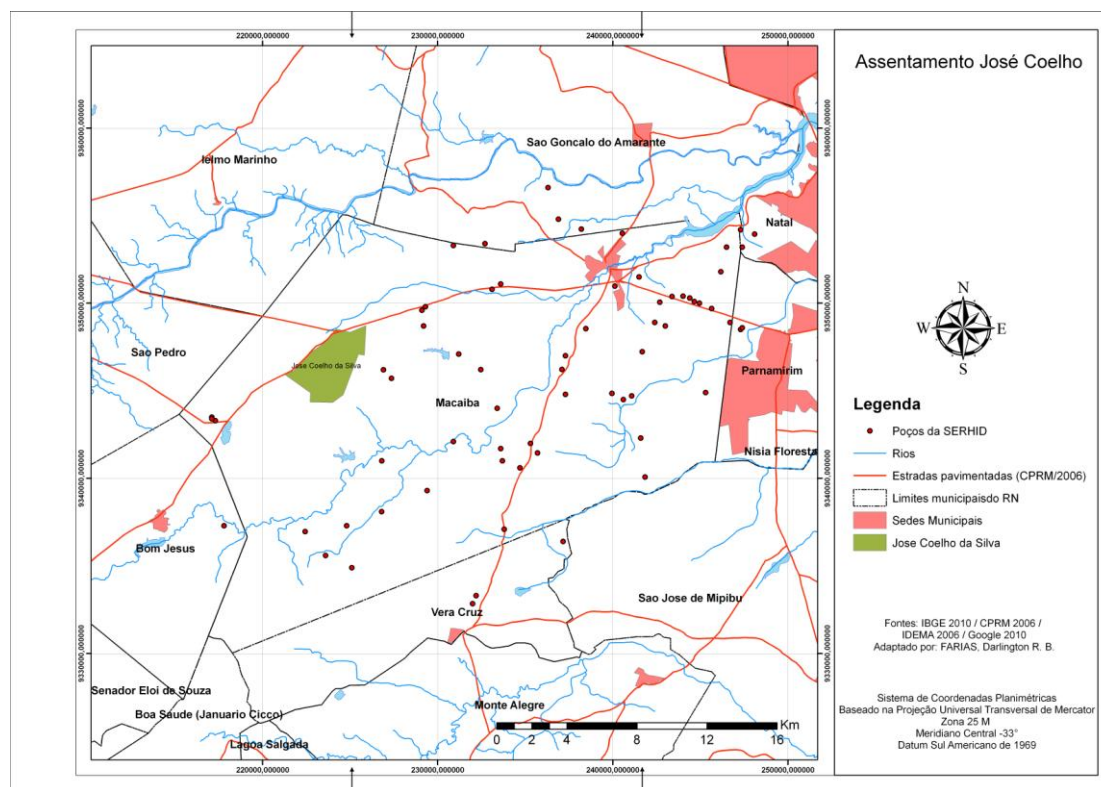
Isso vem confirmar o que foi dito anteriormente, que a questão agrária não diz respeito somente à divisão de terras.

Para finalizar, nas localidades em que esses estímulos não ocorreram, a desorientação dessa prática deu como resultado o enfraquecimento da ação. No que se refere à compreensão de luta dos trabalhadores, a questão agrária caminha muito lentamente em todo país. Essa condição para transformação e renovação da economia agrária brasileira continuará existindo, até que forças políticas decidam realmente intervir acertadamente no assunto.

3. DESAFIOS DO ASSENTAMENTO JOSÉ COELHO DA SILVA

O assentamento que fica localizado à margem esquerda da BR 304 na reta tabajara, a 12 km do centro da cidade de Macaíba/RN, recebeu esse nome para homenagear o sindicalista José Coelho da Silva, que foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Cidade, no período do regime militar.

Mapa 01: Mapa de localização do Assentamento José Coelho da Silva



Fonte: FARIAS, Darlington R. B.

Este foi fundado no ano de 1998 quando percebeu-se que havia carência de espaço para agricultores trabalharem a terra. A partir dessa necessidade de acesso à terra, o sindicato junto com os trabalhadores rurais do município de Macaíba/RN mobilizaram-se e foram ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) negociar as terras que pertenciam ao Sr Manoel Dias Junior, num total de 1080 ha, sendo que 20% são áreas de preservação, e o restante sendo dividido em 10 ha por família e 200 ha para área coletiva, abrigoando 70 (setenta) famílias de 13 localidades diferentes.

Os primeiros agricultores chegaram à terra no ano de 1998, onde se instalaram no terreno, mas ainda com estrutura precária, morando em barracas de lona, sem água, energia e sem até mesmo alimentação. No ano de 2000, chegam ao assentamento as famílias restantes. Somente no ano de 2003 é que são construídas as casas de alvenaria para as famílias.

Mas os problemas continuaram ao longo do tempo, a falta de água continua sendo uma constata no assentamento, mesmo possuindo um açude e 4 poços artesianos, que não servem para o consumo humano, apenas para o consumo animal e agricultura, pois segundo estudos, a água proveniente destes contém um alto teor de magnésio, ou seja, salobra. Outro problema que lá persiste é a questão da coleta do lixo e saneamento básico, que são inexistentes.

Como não existe essa coleta, o destino do lixo é seguinte: algumas famílias praticam a queima e outras, mais conscientes realizam a compostagem e fazem a coleta seletiva dos materiais recicláveis e vendendo para sucatas ou cooperativas que trabalham com esses materiais. Já o saneamento básico, é um problema que não tem previsão para ser sanado.

Um dos problemas também ressaltados pelos moradores é a falta de assistência técnica, fato essencial para o sucesso dos programas implantados pelo governo no assentamento. Dentre esses programas elencam-se: A casa de farinha em 2003; a casa do mel em 2006; usina de beneficiamento da amêndoa do caju criada em 2008 (figura 01) e a criação e beneficiamento da tilápia.

Figura 01: Casa de farinha, Casa do mel e Usina de beneficiamento da castanha respectivamente.



Foto: Talita Câmara (Outubro de 2009)

Outro problema que os moradores daquela comunidade enfrentam é a falta de uma cooperativa, pois o sistema que é utilizado é o de associação. Esse sistema funciona da seguinte maneira: Os associados pagam uma taxa de R\$ 2,00 para a manutenção de segurança particular e demais serviços básicos. A falta de segurança é mais uma problemática enfrentada pela população local.

Com relação a infra-estrutura, não existe escola de níveis fundamental e médio. Apenas uma creche que funciona precariamente numa casa cedida por um morador daquela localidade. Também é inexistente um posto de saúde para os assentados, tendo estes que se deslocar até o centro da Cidade para ter o atendimento médico, ou esperar que uma enfermeira do Programa de Saúde da Família (PSF) vá até a localidade de 15 em 15 dias para atender os moradores. Fato este, que não ocorre há pelo menos 5 meses. Há também a falta de pavimentação nas ruas.

Mas diante de tudo isso, percebe-se que falta principalmente a conscientização dos moradores daquela localidade. Pois, falta iniciativa dos próprios assentados para que sua comunidade desenvolva as suas atividades econômicas. Como exceção de alguns moradores, como o Sr José Vicente, que se capacitou e hoje é apicultor e produz diversos tipos de mel de várias espécies de abelhas, além de produzir suas hortaliças (figura 02) e polpas de frutas para vender na feira agro-ecológica da UFRN.

Figura 02: Meliponário e hortaliças de José Vicente



Foto: Talita Câmara (Outubro de 2009)

4. POSSIBILIDADES DO ASSENTAMENTO JOSÉ COELHO DA SILVA

Muitas são as possibilidades do Assentamento José Coelho, como já citado anteriormente, esta localidade possui vários programas incentivados pelo governo, mesmo não tendo apoio do mesmo para consolidar tais projetos, a população poderia se organizar para atrair estes benefícios. Com a criação da cooperativa seria mais uma maneira de fortalecer o assentamento, pois com ela, eles conseguiriam mais crédito perante o governo.

A agricultura familiar pode ser o maior meio de avanço econômico desta localidade, já que os assentados recebem incentivos do PRONAF. Além do mais no nosso país hoje, a agricultura familiar é bastante valorizada e vista com bons olhos por todos os setores da sociedade. Altafin (2007) ressalta

“Dessa forma, na década de 1990 observamos a reinserção da reforma agrária na agenda política, resultando na criação de diversos projetos de assentamentos, e a criação do PRONAF, representando a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar”.

Outra possibilidade de desenvolvimento do assentamento seria o incentivo à educação técnica profissional dos jovens daquela localidade, pois eles poderiam aplicar no assentamento o que aprendeu na teoria, todavia com o crescimento, eles não pensariam em deixar a localidade.

Neste contexto, de grandes lutas e avanços, tendo como exemplo o Sr Vicente, sabemos que é possível sim mudar essa realidade, basta só organização, empenho e um maior apoio do governo. Mas sabendo que sem o interesse da população, nada será possível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todas as discussões a cerca do tema que vai desde a descoberta do Brasil. Passando por todas as transformações que aconteceram no meio rural, e especialmente as lutas travadas pelos menos favorecidos para obter a posse da terra, conclui-se que a reforma agrária é um fato imprescindível para por em prática tudo escrito nos trabalhos acadêmicos. A reforma agrária é um paradigma a ser quebrado, para a realização de um “sonho dito real”, igualdade para todos, e assim que termina: Utopia ou realidade? Uma pergunta ainda não respondida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **A questão Agrária do Nordeste**. São Paulo em perspectiva. São Paulo 1997.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%FAM.PDF/view> Brasília, 2007.

BAUER, Guilherme G. Telles. **Sobre as origens da questão agrária brasileira**. Vol.3. nº 1. 1998

CPT. **Espinhoso caminho para a liberdade: Conflitos no campo**. Goiânia. Loyola, 1991.

GONÇALO, José Evaldo. **Reforma agrária como política redistributiva**. Série Terceiro Milênio. Editora Plano. Brasília, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. 17ª edição. Coleção primeiros passos. Editora brasiliense. São Paulo, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 4ª edição. Editora brasiliense. São Paulo, 1987.